

A Qualidade da Democracia em Debate

Deliberação, representação e participação políticas em Portugal e Espanha

José Manuel Leite Viegas, Susana Santos e Sérgio Faria (organizadores)

A QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM DEBATE

DELIBERAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICAS EM PORTUGAL E ESPANHA



LISBOA, 2010

© José Manuel Leite Viegas, Susana Santos e Sérgio Faria (organizadores)

José Manuel Leite Viegas, Susana Santos e Sérgio Faria (organizadores)

A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, representação e participação políticas em Portugal e Espanha

Primeira edição: Setembro de 2010

Tiragem: 500 exemplares

ISBN: 978-989-96783-1-6

Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10

Composição e concepção gráfica: Lina Cardoso

Capa: Nuno Fonseca

Imagem da capa: Nuno Ramos

Revisão de texto: Manuel Coelho

Impressão e acabamentos: Publidisa, Espanha

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 217 903 077

Fax: (+351) 217 940 074

E-mail: editora.cies@iscte.pt

Índice

Índice de figuras e quadros	vii
Sobre os autores	xi

Introdução.....	1
<i>José Manuel Leite Viegas, Susana Santos e Sérgio Faria</i>	

Parte I | Deliberação democrática

1	Democracia deliberativa.....	11
	<i>Filipe Carreira da Silva</i>	
2	Deliberação democrática	37
	<i>José Manuel Leite Viegas, Susana Santos, Sérgio Faria e Helena Carreiras</i>	
3	Parlamento e conhecimento científico.....	65
	<i>Tiago Santos Pereira, António Farinhas Rodrigues, António Manuel Carvalho e João Arriscado Nunes</i>	

Parte II | Valores, identidades e representação política

4	Tolerância política em Portugal e Espanha	89
	<i>José Manuel Leite Viegas</i>	
5	Os significados de “esquerda” e “direita” para os portugueses	107
	<i>André Freire e Ana Maria Belchior</i>	
6	Elite parlamentar e eleitores na perspectiva da representação política .	131
	<i>Ana Maria Belchior</i>	

Parte III | Participação social e política

- 7 Envolvimento associativo e mobilização cívica..... 157
 José Manuel Leite Viegas, Sérgio Faria e Susana Santos
- 8 Inovação democrática e controlo dos representantes..... 181
 Ernesto Ganuza Fernández e Braulio Gómez Fortes

Índice de figuras e quadros

Figuras

2.1	Esquema analítico dos planos e dimensões do conceito de deliberação democrática	44
2.2	Respeito pelas regras de intervenção no debate democrático (%).....	49
5.1	Posição em relação à democracia por posicionamento ideológico	122
5.2	Posição em relação à democracia por posicionamento ideológico, controlando por grupo etário.....	123
6.1	Autoposicionamento médio na escala esquerda-direita	136
6.2	Posição dos deputados na escala esquerda-direita e percepções médias destes sobre a posição dos respectivos eleitores e partidos políticos.....	140
6.3	Percepções médias sobre a posição dos partidos políticos na escala esquerda-direita	141
6.4	Congruência entre o autoposicionamento ideológico dos eleitores e a percepção dos mesmos sobre a posição dos partidos políticos.....	142
6.5	Congruência entre o autoposicionamento ideológico dos eleitores e a percepção dos deputados sobre a posição dos partidos políticos. ...	143
6.6	Posições face ao regime democrático — deputados.....	145
6.7	Posições face ao regime democrático — eleitores	145
6.8	Concordância com: as democracias podem ter problemas mas são melhores que qualquer outro regime.....	146
6.9	Aceitação da existência de divergências entre a actuação dos partidos e o que pensam os seus eleitores	148
8.1	Orçamentos participativos em função do partido que os impulsiona ...	187
8.2	População total das cidades onde se praticam orçamentos participativos e número de experiências na Europa (1994-2005).....	189
8.3	Número de orçamentos participativos por número de habitantes.....	199
8.4	Percentagem de população participativa relativamente ao total de população do município	200

Quadros

2.1	Abertura à participação pública de categorias minoritárias (%).....	46
2.2	Abertura à candidatura de cidadãos independentes à Assembleia da República (%).....	46
2.3	Importância dada à participação dos cidadãos e das associações voluntárias no processo de decisão política (%)	47
2.4	Frequência com que discute assuntos políticos com os amigos, a família e os colegas de trabalho/estudo (%).....	48
2.5	Frequência com que persuade os amigos, familiares ou colegas de trabalho (%).....	48
2.6	Avaliação da contribuição dos debates na Assembleia da República e na televisão para o esclarecimento dos cidadãos (%)	48
2.7	Frequência com que segue os acontecimentos políticos através da televisão (%).....	49
2.8	Frequência da mudança de opinião após debates televisivos (%).....	50
4.1	Exclusão de participação em reuniões públicas, em Portugal (2001 e 2006) e em Espanha (2003 e 2007) (média desvio-padrão entre parêntesis)	99
4.2	Exclusão de participação em reuniões públicas de diferentes grupos sociais, Portugal (2001 e 2006) e Espanha (2003 e 2007) (% de respondentes que excluem da participação pública indivíduos do grupo social considerado relativamente ao total da amostra).....	100
4.3	Indicadores de modernização política e desenvolvimento económico e social em Portugal e Espanha (ano de 2006)	102
5.1	O significado de direita e esquerda para os cidadãos portugueses (%).	112
5.2	Significados de direita e esquerda para os cidadãos portugueses, por educação, exposição aos <i>media</i> e interesse pela política — correlações <i>r</i> de Pearson.....	113
5.3	Significados de direita e esquerda para os portugueses explicados por educação, exposição aos <i>media</i> e interesse pela política. Regressões OLS (<i>stepwise</i>)	114
5.4	Frequências modais para significados de direita e esquerda por identificação ideológica (%).....	116
5.5	Significados de direita e esquerda para os portugueses, explicados por educação, exposição aos <i>media</i> , interesse pela política e posicionamento ideológico. Regressões OLS (<i>stepwise</i>).....	117
5.6	Variáveis independentes para explicar o autopoicionamento esquerda-direita.....	119
5.7	Explicação do autopoicionamento esquerda-direita dos portugueses. OLS (<i>stepwise</i>).....	120
6.1	Autopoicionamento médio na escala esquerda-direita	137
6.2	Medidas de representação para o autopoicionamento na escala esquerda-direita.....	138

6.3	Posição dos deputados na escala esquerda-direita e percepções médias destes sobre a posição dos respectivos eleitores e partidos políticos.....	141
6.4	Percepções médias sobre a posição dos partidos políticos na escala esquerda-direita.....	142
6.5	Atitudes médias em relação à democracia.....	146
6.6	Medidas de representação para as atitudes em relação à democracia...	147
6.7	Atitudes médias em relação à representação política dos cidadãos.....	149
6.8	Medidas de representação para as atitudes em relação à representação política.....	149
7.1	Envolvimento associativo, por número de associações, em oito países europeus (%)	165
7.2	Pertença associativa, por tipo de associação, em oito países europeus (%)	166
7.3	Pertença associativa, por número de associações, em Portugal (%).....	167
7.4	Tipo de envolvimento associativo, por tipo de associação, em Portugal (%)	168
7.5	Partidos políticos e grupos de cidadãos eleitores que declararam intenção de participar nas campanhas referendárias sobre a interrupção voluntária da gravidez	172
8.1	Modelos de participação política na Europa	193
8.2	Os orçamentos participativos em Espanha (2007)	198
8.3	Variáveis sociodemográficas dos participantes nos orçamentos participativos (% de respostas válidas)	202
8.4	Variáveis políticas: ideologia e intenção de voto (% de respostas válidas)	203
8.5	Participantes nos orçamentos participativos e apoio político ao executivo camarário.....	204
8.6	Participação e pertença a associações	204
8.7	Modelo de regressão logística. Accionamento de iniciativas nos orçamentos participativos.....	206
8.8	A avaliação dos assistentes nos orçamentos participativos.....	207

Introdução

José Manuel Leite Viegas, Susana Santos e Sérgio Faria

O decréscimo da participação política, o desalinhamento e volatilidade eleitoral, o declínio da identidade partidária, bem como a quebra de confiança dos cidadãos nas instituições políticas constituem algumas das mudanças que suscitaram uma viragem nos estudos políticos, em particular nos estudos sobre a democracia (Franklin, 2003; Dalton *et al.* 2003; Freire e Magalhães, 2002; Pharr *et al.* 2000; Gray e Caul, 2000). Será difícil estabelecer uma data precisa nesta viragem, que dependerá sempre do factor de mudança em causa e do país que estamos a considerar, mas que, em certos casos, remonta à década de 70 do século passado.

Alguns autores apontam como causa dessas transformações a emergência de um novo tipo de cidadão: mais autónomo, mais instruído, mais individualista e menos propenso à delegação política (Norris, 1999; Klingemann, 1999; Dalton, 1984; Dalton e Watterberg, 2000; Torcal e Montero, 2006). A queda da participação tradicional, nas suas formas mais colectivas, seria compensada por formas mais individuais de participação: petições, uso da Internet, boicote de produtos (Inglehart, 1997; Norris, 1999). Assim se compreenderiam fenómenos como a menor fidelidade partidária nos actos eleitorais, a abstenção ocasional, o comprometimento dos cidadãos em campanhas específicas e limitadas no tempo.

A ser verdade esta leitura da realidade, não haveria tanto um corte do cidadão com a política, mas antes a insatisfação dos cidadãos com os mecanismos tradicionais de participação. A proliferação de intervenções na esfera pública, nomeadamente através da Internet, as mobilizações pontuais dos cidadãos seriam indicadores de uma nova forma de estes se relacionarem com a política.

Esta interpretação, no entanto, não é completamente convincente. Em primeiro lugar, essas novas formas de participação nunca poderão compensar a participação eleitoral, através da qual se processa a representação política, base essencial do modelo de democracia liberal. Em segundo lugar, a desvalorização da participação eleitoral é muitas vezes acompanhada pela valorização da democracia directa, mas ao que nós assistimos, em Portugal, é a uma baixa taxa de participação nas consultas referendárias entretanto havidas. Relembremos os níveis de

abstenção nos referendos sobre a regionalização e sobre a legalização do aborto, embora neste caso a segunda consulta já tenha sido mais participada.

Poderemos, agora, analisar as mudanças políticas, não pelo lado dos cidadãos mas das políticas e das instituições. A abertura dos mercados, a globalização, a diminuição de poderes dos Estados nacionais foram factores que agiram no sentido de impor limites às políticas redistributivas, que estiveram na base da legitimação funcional das democracias representativas do pós-guerra (Habermas, 1973). Mas as limitações a estas políticas, desde a década de 70 do século passado, nunca puseram em causa a estabilidade profunda das democracias (Huntington, 1991). Tem-se evidenciado, é certo, distanciamento e, mesmo, decréscimo da confiança dos cidadãos face às instituições políticas, fenómenos só por si suficientes para suscitar preocupação sobre o funcionamento das instituições democráticas, mas que não prenunciam qualquer tipo de rotura.

De facto, nas democracias ocidentais estabilizadas, a falta de confiança e de participação dos cidadãos não põe em causa o regular funcionamento das instituições de representação política, incluindo as instituições de concertação social. Mas, também aqui, se revelam alguns problemas. Ao mesmo tempo que os sindicatos e as associações ganham visibilidade no espaço público, e lhes é conferida representação pelos órgãos de poder de Estado, diminui o número de aderentes a essas associações (Putman, 2000). Também as margens de entendimento se estreitam. Os governos nacionais, sujeitos a normativas internacionais mais alargadas e à redução do seu campo de acção, encontram dificuldade em chegarem a acordo com os representantes específicos de cada sector económico e social.

É neste contexto que poderemos compreender o surgimento da teoria da deliberação democrática, que seria a resposta às crises de funcionamento das democracias liberais avançadas. Havendo menos possibilidades de regateio na concertação, por falta de recursos para as políticas distributivas, havia que encontrar outras vias para chegar ao consenso social e político.

Embora alguns autores apresentassem, inicialmente, essas teorias como se de um novo tipo de democracia se tratasse, ancorado num modelo de debate aberto a todos os interessados, e desenvolvendo-se no espaço da esfera pública, cedo se chegou à conclusão que o mais razoável era interpretar essas propostas como novos contributos tendentes a melhorar a qualidade das democracias representativas.

O primeiro capítulo deste livro, de Filipe Carreira da Silva, pretende, justamente, fazer uma reflexão sobre a “democracia deliberativa”: o seu surgimento, os desenvolvimentos do conceito, o alcance das investigações científicas feitas neste campo e, finalmente, o que se poderá esperar para o futuro das contribuições vindas deste campo teórico.

O autor sustenta que, sob o ponto de vista teórico, “o paradigma da democracia deliberativa estará a perder vigor”, e quanto aos estudos empíricos, eles “são, no seu conjunto, inconclusivos”, apenas se limitando a demonstrar que “as preferências individuais podem realmente ser transformadas no decurso da troca racional de argumentos”. A designada democracia deliberativa teria falhado o seu objectivo de ser uma alternativa à democracia representativa. Ficaria a linha de entendimento da deliberação como modelo de debate e discussão política nas

instituições, tendente a melhorar a qualidade da democracia — vertente da deliberação que o autor tende a desvalorizar. Finalizando, o problema, para Filipe Carreira da Silva, não estaria na falta de participação mas na exclusão política, e a “solução para este problema” estaria em “mais e melhor representação”.

O capítulo 2, de José Manuel Leite Viegas, Susana Santos, Sérgio Faria e Helena Carreiras, trata igualmente das teorias da deliberação, mas num prisma diferente. O texto tem objectivos predominantemente empíricos, mas antecidos pela necessária clarificação teórica, nomeadamente do próprio conceito de deliberação democrática. Haveria que ter em conta quase duas décadas de contributos e debates sobre este conceito. O núcleo duro da definição de deliberação democrática necessariamente que permanece: a igualdade e respeito pelos outros no debate deliberativo, o princípio da “acomodação” dos contributos dos outros na posição do próprio, a aceitação da regra do melhor argumento e, com um entendimento mais abrangente do que na proposta inicial, a invocação do bem comum por todos os participantes na defesa das suas posições. A abertura do debate a todos os interessados, que contraria o modelo histórico de deliberação de carácter elitista, inclui-se também na definição de deliberação democrática.

Os autores têm dois objectivos empíricos. Em primeiro lugar, pretendem aferir do grau de adesão dos cidadãos a este modelo normativo de debate e discussão política. Em segundo lugar, pretendem avaliar a proximidade, ou afastamento, do parlamento do modelo deliberativo avançado, em termos das atitudes dos deputados e das regras de funcionamento da Assembleia da República. Repare-se que, contrariamente à maioria dos estudos empíricos nesta área, não se analisam directamente os processos de deliberação mas, fundamentalmente, as atitudes face às diferentes dimensões da deliberação democrática.

Os resultados indicam existir um largo consenso de apoio ao modelo deliberativo, quer por parte dos cidadãos, quer por parte dos deputados, mas com várias particularidades e, diríamos mesmo, reservas quanto a uma leitura linear das posições dos inquiridos. Quanto a estas últimas, é de salientar que as atitudes face a algumas dimensões da deliberação, como, por exemplo, a disposição para atender aos argumentos dos outros, não se ajustam aos comportamentos efectivos. De facto, poucos são os casos em que os inquiridos dizem ter mudado de opinião depois de ouvirem os outros. Estas constatações sugerem que se façam outros estudos mais centrados nos comportamentos, para validar, ou não, os resultados atitudinais.

O capítulo 3, de Tiago Santos Pereira, António Farinhas Rodrigues, António Manuel Carvalho e João Arriscado Nunes, aborda os processos de deliberação sobre uma temática muito precisa: a utilização social das tecnologias. Estamos perante temáticas que introduzem o problema da fronteira entre ciência e política e, em concreto, do papel dos legisladores e outros decisores públicos em matérias de regulação e monitorização do uso das tecnologias.

Empiricamente os autores debruçam-se sobre os debates parlamentares de duas diferentes temáticas: a energia nuclear e a procriação medicamente assistida (PMA). Os objectivos são: “analisar o modo como os deputados ‘negoceiam’ a fronteira entre ciência e política, fazendo recurso a diferentes argumentos políticos, económicos ou sociais, e os associam, ou não, com questões científicas”.

Os autores destacam, em primeiro lugar, a assimetria de poderes entre peritos e leigos. Sendo os deputados, tal como os cidadãos que representam, leigos em matérias científicas, correr-se-á o risco de a decisão ficar nas mãos dos peritos? E não tendo o parlamento, “ao contrário de muitos outros parlamentos”, órgãos de apoio e avaliação de matérias científicas, estaremos perante processos de dupla delegação?

Em segundo lugar, devemos entender o papel dos parlamentos no contexto de uma *viragem deliberativa* ou *viragem participativa*, isto é, num contexto de maior interesse pelas questões da participação e da democracia deliberativa, em que se assiste a um aumento das experiências de espaços e fóruns deliberativos de escala variável em várias democracias liberais e a uma valorização da capacidade de diálogo e comunicação dos cidadãos. Concluindo, este estudo pretende abrir um espaço de discussão alargada sobre as controvérsias sociotécnicas que não se esgotam na dimensão política ou na dimensão técnica, mas que integre e convide à integração das visões dos cidadãos.

O capítulo 4, de José Manuel Leite Viegas, trata da tolerância política, medida pela atitude de aceitação da participação em reuniões de interesse público de diferentes grupos sociais minoritários. Pretende-se explicar por que razão existe maior tolerância política em Portugal do que em Espanha relativamente a esses grupos sociais. Este resultado já tinha sido registado em 2001, num estudo comparativo europeu feito pelo autor deste capítulo (Viegas, 2007). Para responder a esta questão, o autor distingue a tolerância relativamente a grupos que se distinguem pela sua diferença relativamente à maioria da população mas que não se apresentam como ameaça social — que foi definida como tolerância estrutural —, da tolerância relativamente a grupos minoritários que se apresentam como uma ameaça social — que foi definida como tolerância circunstancial.

As análises feitas permitem concluir que os níveis mais elevados de tolerância política em Portugal relativamente a Espanha resultam de, neste último país, as atitudes de exclusão social dos extremistas ideológicos e religiosos ser maior do que em Portugal, devido a factores circunstanciais, como o terrorismo da ETA e os atentados dos grupos fundamentalistas islâmicos. Se considerarmos apenas os grupos sociais minoritários que se distinguem pela diferença relativamente à maioria, como os homossexuais, mas que não se apresentam como uma ameaça social, então os níveis de discriminação em Espanha até são menores do que em Portugal, em linha com o maior nível de desenvolvimento económico e social daquele país.

O capítulo 5, de André Freire e Ana Maria Belchior, analisa os significados que os portugueses atribuem a cada um dos campos ideológicos da esquerda e da direita. Como dizem os autores, “os portugueses [...] estão entre os europeus ocidentais que demonstram mais baixos níveis de reconhecimento da dimensão esquerda-direita”, a par com a Irlanda, a Áustria e a Bélgica. No entanto, a identidade ideológica é reconhecida como um ponto de ancoragem para a participação política, em particular eleitoral.

Não é disso que tratam os autores, mas, especificamente, do campo semântico de esquerda e direita e de outras questões correlacionadas com esta. Existe congruência entre os entendimentos sobre a esquerda e sobre a direita? Esses entendimentos

ajustam-se, ou não, às concepções históricas sobre o que representam a esquerda e a direita? Em que sectores sociais essa congruência é maior? Quais os melhores preditores da identidade de esquerda ou de direita?

Vejamos algumas das conclusões a que chegaram os autores. Em primeiro lugar, consideram que “o significado que os cidadãos portugueses atribuem à divisão esquerda-direita não é totalmente claro”. Em duas questões esses significados são mais claros: a direita está associada à concentração da riqueza e ao patronato, a esquerda está associada aos sindicatos. A falta de consistência das posições sobre a esquerda e sobre a direita diminui com a exposição aos *media* e, em menor grau, com a educação e o interesse pela política.

Este estudo revelou, ainda, que “existem de facto níveis mais baixos de ancoragem (ao nível social, valorativo e partidário) das atitudes esquerda-direita em Portugal” do que nas democracias da Europa Ocidental. Esta será uma das singularidades do caso português no contexto europeu, a par de outras, que carecem de explicação.

No capítulo 6, Ana Maria Belchior analisa a representação política parlamentar, em termos da sintonia ideológica e de atitudes políticas entre os deputados e os cidadãos que os elegeram. Como esclarece a autora de início, não se trata de visualizar a representação parlamentar como se estivéssemos em presença de mandatos imperativos, mas de reconhecer que representar exige alguma sintonia de interesses entre os representados e os representantes, o que compele estes à congruência com o seu público.

A análise de congruência é feita com suporte em sofisticados instrumentos estatísticos e comparando os resultados do estudo da autora com aqueles que foram obtidos a nível internacional.

Nesta curta referência inicial a este texto, importa ainda salientar, sem qualquer preocupação exaustiva, algumas das conclusões. Em primeiro lugar, os deputados apresentam um autopoicionamento na escala esquerda-direita mais extremado do que o respectivo eleitorado, com excepção do eleitorado social-democrata, que está claramente à direita dos seus representantes parlamentares. Este resultado, de as elites tenderem a ter posições mais extremadas do que os seus apoiantes, está em sintonia com os que foram obtidos noutras pesquisas europeias. Em segundo lugar, é de registar que o Partido Socialista é aquele em que existe maior sintonia entre representantes e representados, sendo o Partido Comunista aquele em que, pelo contrário, esse afastamento é maior. Verificou-se, ainda, que existe uma grande congruência entre a posição média dos deputados e as percepções destes relativamente às dos respectivos partidos e dos seus eleitores.

Ana Maria Belchior trata ainda da congruência entre deputados e eleitores nas atitudes face à democracia, concluindo, genericamente, que os eleitores são mais críticos relativamente ao regime democrático do que os deputados. Outras constatações empíricas importantes são apresentadas neste capítulo, num estudo inovador em Portugal e que teria todo o interesse que fosse alargado, num trabalho futuro, a outras questões de relevância política.

O capítulo 7, de José Manuel Leite Viegas, Sérgio Faria e Susana Santos, trata do envolvimento associativo em Portugal numa perspectiva comparativa e evolutiva.

Num primeiro momento, os autores apresentam o envolvimento associativo em Portugal numa perspectiva comparativa europeia, com dados de 2001, já anteriormente analisados, mas que, neste texto, constituem um ponto de partida (Viegas, 2004). Relembramos a caracterização então feita do envolvimento associativo em Portugal: nível globalmente baixo de participação, só superior aos países do Leste europeu; maior participação nas associações com funções de integração social, como as de solidariedade social, religiosas, recreativas e culturais; menor participação nas associações mais vocacionadas para a deliberação na esfera pública, como as associações ambientais, de consumidores, de defesa da paz e dos direitos humanos.

O inquérito realizado em Portugal cinco anos depois revela não ter havido grandes mudanças neste perfil de envolvimento associativo em Portugal. Contrariamente às expectativas, não aumentou, entre 2001 e 2006, o envolvimento dos cidadãos nas associações que expressam os novos valores sociais e com maior presença na esfera pública.

Estes resultados careciam de ser complementados por estudos qualitativos, que permitissem esclarecer porque é que os inquéritos não revelaram maior envolvimento dos portugueses neste tipo de associações cívicas, à revelia das tendências europeias. Foi o que os autores fizeram, comparando a participação em associações de defesa e contra a despenalização do aborto nos dois momentos em que se realizaram referendos em Portugal sobre essa questão. Os dados qualitativos revelaram outra vertente do problema. O envolvimento associativo aquando do segundo referendo foi muito maior, assente numa extensa rede de relações sociais.

Como interpretar estes resultados sobre a evolução da participação em associações cívicas, em que os resultados da análise qualitativa parecem não se ajustarem aos que foram obtidos na análise quantitativa? À luz das considerações teóricas avançadas no início deste texto, não haveria contradição. Os cidadãos estão hoje mais disponíveis para se envolverem pontualmente em causas que lhes dizem respeito, usando os novos meios tecnológicos de comunicação em articulação com a participação tradicional, mas menos disponíveis para um envolvimento associativo continuado. Este comportamento estaria em sintonia com o perfil de cidadão emergente acima caracterizado: mais individualista, mais pragmático, menos ideologizado, mais instruído e menos disposto a delegar. No entanto, as análises feitas não permitem, só por si, explicar as diferenças encontradas. Será necessária mais e mais aprofundada investigação para legitimarmos estas interpretações.

Finalmente, no capítulo 8, Ernesto Ganuza Fernández e Braulio Gómez Fortes analisam os orçamentos participativos como nova forma democrática de participação dos cidadãos. O objectivo é “oferecer uma visão geral dos orçamentos participativos e da sua capacidade para melhorar a qualidade da democracia”.

Os autores começam por distinguir a experiência seminal de Porto Alegre das que se concretizaram nos países europeus. Naquele caso visavam-se dois objectivos: em primeiro lugar, a inversão das prioridades políticas de modo a favorecer os cidadãos mais carenciados; em segundo lugar, a democratização das instituições, no sentido de a gestão pública ficar mais transparente para o cidadão comum. No caso europeu, os orçamentos participativos visavam a racionalização administrativa, mas também criar “um novo modelo de relação entre governantes e governados a

partir de novos mecanismos, onde os cidadãos podem ter acesso directo ao processo público da tomada de decisões”. Diferentemente das experiências brasileiras, o impacto social dos orçamentos participativos é mais reduzido na Europa.

Os autores reconhecem que, mesmo na Europa, as experiências dos orçamentos participativos são muito diversas. No seu seguimento, analisam-se os casos de orçamentos participativos em França, Itália, Alemanha e, com maior desenvolvimento, em Espanha. São ainda estudados os factores e agentes que maior contributo têm dado para a implementação dos orçamentos participativos.

Apresentados os diferentes capítulos deste livro poderíamos perguntar qual o principal elo que os une. A resposta, será, em nosso entender, o contributo que eles pretendem dar para a qualidade das nossas democracias.

Referências bibliográficas

- Bohman, J., e W. Rehg (orgs.) (1997), *Deliberative Democracy. Essays on Reason and Politics*, Cambridge, MA, The MIT Press.
- Dalton, Russell (1984), “Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial societies”, *Journal of Politics*, 46, pp. 264-284.
- Dalton, Russell J., e Martin Wattenberg (orgs.) (2000), *Parties without Partisans. Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press.
- Dalton, Russell J., Ian McAllister, e Martin P. Wattenberg (2003), “Democracia e identificação partidária nas sociedades avançadas”, *Análise Social*, XXXVIII, n.º 167, pp. 295-320.
- Franklin, Mark (2003), “Os enigmas da participação eleitoral”, *Análise Social*, XXXVIII, n.º 167, pp. 321-338.
- Freire, André, e Pedro Magalhães (2002), *A Abstenção Eleitoral em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Gray, Mark, e Miki Caul (2000), “Declining voter turnout in advanced industrial democracies, 1950-1997”, *Comparative Political Studies*, 33, pp. 1091-1122.
- Habermas, Jürgen (1973), *Problemas de Legitimación en el Capitalismo Tardío*, Buenos Aires, Amorrortu Editores.
- Huntington, Samuel (1991), *The Third Wave. Democratization the Late Twentieth Century*, Norman, OK, University of Oklahoma.
- Inglehart, Ronald (1997), *Modernization and Postmodernization. Culture, Economic, and Political Change in 43 Societies*, Princeton, NY, Princeton University Press.
- Klingemann, H. D. (1999), “Mapping political support in the 1990”, em Pippa Norris (org.), *Critical Citizens. Global Support for Democratic Governance*, Oxford, Oxford University Press.
- Norris, Pippa (1999), “Introduction: the growth of critical citizens”, em Pippa Norris (org.), *Critical Citizens. Global Support for Democratic Governance*, Oxford, Oxford University Press.
- Pahrr, Susan, Robert Putman, e Russell Dalton (2000), “Trouble in advanced democracies? A quarter-century of declining confidence”, *Journal of Democracy*, 11 (2), pp. 5-25.

- Putman, Robert (2000), *Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community*, Nova Iorque, Simon Schuster.
- Torcal, Mariano, e José Ramon Montero (2006), "Political disaffection in comparative perspective", em M. Torcal e J. R. Montero, *Political Disaffection in Contemporary Democracies. Social Capital, Institutions, and Politics*, Londres, Routledge.
- Viegas, José Manuel Leite (2004), "Implicações democráticas das associações voluntárias", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 33-50.
- Viegas, José Manuel Leite (2007), "Political and social tolerance", em Jan Van Deth, José Ramon Montero e Anders Westhom (orgs.), *Citizenship and Involvement in European Democracies*, Londres e Nova Iorque, Routledge.